

## Índice

Economia com oportunidades para todos .....	1
Futuro do capitalismo passa pela ética.....	3

### Economia com oportunidades para todos

Uma economia funciona razoavelmente bem quando as oportunidades que gera chegam a uma grande maioria, mas isto nem sempre sucede. Nos países menos desenvolvidos, as situações de pobreza são dramáticas; nos países mais ricos, as crises frustram as expectativas de uma parte da população e, em épocas de expansão, a prosperidade não chega para todos. Daí que se tenha expandido um desencanto com o sistema económico.

Assim, fala-se de refundação do capitalismo: reformar as finanças, a empresa, as desigualdades, a democracia, a globalização... Perante todas estas reformas sobre a mesa, pensar-se-ia que haveria que reformar tudo. Embora isto seja verdade, em parte, fariamos mal em deitar fora os fundamentos da economia de mercado, como a liberdade de empresa e troca, que tão bem serviram o homem ao longo da História. Entre outros aspetos, esta economia dotou com um papel central o empreendimento e inovação empresarial, uma qualidade intrinsecamente humana. Por seu turno, o desenvolvimento económico de muitos países permitiu igualmente o financiamento de muitos projetos de mercado carácter social, como infraestruturas, educação ou saúde.

#### Os desafios da globalização

Parte do mal-estar atual com a economia centra-se nas desigualdades dentro dos países mais ricos. Assim, enquanto

uma parte importante da população tem dificuldades económicas, assistimos a um crescimento aparentemente imparável das grandes empresas e dos seus acionistas, o que alimenta a impressão de um *winner-takes-all economy* (o ganhador fica com tudo). É de perguntar se esta polarização da economia reduz a inovação e as oportunidades das pequenas e médias empresas, e dos cidadãos. Neste sentido, uma sólida defesa da concorrência parece mais necessária do que nunca, e os cidadãos irão querer um funcionamento justo e eficaz destas instituições.

Certamente, a globalização amplificou os efeitos *winner-takes-all*. Ao mesmo tempo, gerou muitos descontentamentos nos países ricos, com deslocalizações industriais e bastantes afetados negativamente pela crise de 2008. Houve protestos contra os efeitos na economia, e este protesto foi capitalizado por movimentos políticos novos. Em “The Globalization Paradox” (2011), Dani Rodrik propunha uma sensata transferência de poder da hiperglobalização para os países, de modo que as políticas económicas nacionais tenham capacidade efetiva para reverter efeitos negativos das recessões ou da globalização, como as deslocalizações industriais. Dez anos depois, estamos a presenciar este reequilíbrio nalguns países, como vislumbrava Rodrik.

Por um lado, a globalização económica oferece mais oportunidades aos cidadãos – mais mercados para o comércio e mais oportunidades de financiamento – mas, por outro, parece expô-los a uma maior volatilidade global devido à maior interdependência. De facto, a experiência com as crises financeiras das últimas décadas revelou vulnerabilidades na globalização financeira. Hoje, os controlos dos fluxos de capital são cada vez mais aceites, inclusivamente por organismos como o FMI. Em termos de balanço, foram os países mais poupadores e com melhor governança pública e privada na gestão das entradas de fluxos financeiros, os que sofreram menos com a crise de

2008 e os que aproveitaram melhor a globalização financeira. Por outro lado, esta crise também veio a significar uma maior regulação do setor bancário, nomeadamente, em termos de capital e liquidez.

Parece provável que a tensão antiglobalizadora continuará a existir, mas sem que se venha chegar a um quadro protecionista generalizado, que seria indesejável. O novo equilíbrio que vier a emergir terá de respeitar algumas normas globais, deixando margem de manobra para as políticas nacionais – tanto para países desenvolvidos, como para emergentes. Entre estas normas globais, as fiscais deverão melhorar a situação presente. Observamos atónitos como mesmo dentro da União Europeia, é possível deparar com países como Irlanda, Países Baixos ou Luxemburgo, que incentivaram a chegada de multinacionais através de impostos muito baixos, a fazer recordar os de paraísos fiscais. Estas empresas dirigem os seus lucros globais para estes países – por vezes mascarados de investimentos estrangeiros diretos –, com um sabor parecido às históricas *beggar-thy-neighbour policies* (políticas de empobrecimento do vizinho).

Esta prática ilustra, por um lado, as dificuldades que, de facto, existem, para estabelecer um terreno de jogo igual para todos. Por outro lado, mostra a necessidade de medidas globais que corrijam estes abusos. Só se os países mais ricos assegurarem este cumprimento, o terreno irá equilibrar-se globalmente. O que acontece é que estes são muitas vezes presa, tanto de interesses políticos, como dos poderosos *lobbies* destas grandes empresas.

## Colchão humano

A política económica tem duas missões e devem alimentar-se mutuamente. Deve, por um lado, proporcionar incentivos à geração de riqueza e, por outro, estabelecer uma redistribuição que possa contribuir para prestações sociais razoáveis e maiores oportunidades. Poder-se-iam citar bastantes casos de boas políticas económicas, de procura, de oferta ou setoriais – por exemplo, as políticas de estabilização macroeconómicas que conseguiram fazer baixar a inflação e os custos de financiamento às empresas em países tanto ricos, como emergentes, ao longo dos anos 80 e 90. Mas também existem exemplos de más políticas, ou de países com muitos recursos que não progrediram.

Em muitos casos, há bastante consenso sobre o que fazer do ponto de vista técnico e humano, mas o processo político pode fazer frustrar as melhorias. Há igualmente exemplos de situações onde as limitações das políticas económicas ou de redistribuição são evidentes, por razões técnicas – como baixar as taxas de juro quando já são muito baixas – ou por fatores sociais que limitam o seu impacto – programas de pura redistribuição económica a comunidades com grandes dificuldades familiares. Na realidade, não se deve aspirar a uma sociedade

onde todos os conflitos e problemas de coordenação se irão resolver de cima abaixo. É muito mais natural e eficaz uma coordenação entre agentes em níveis da sociedade mais próximos do indivíduo, como foi salientado por Raghuram Rajan em “The Third Pillar” (2020).

Na procura de corrigir desigualdades de rendimento e riqueza nos países ricos, os economistas franceses Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman têm proposto [impostos sobre o rendimento e a riqueza muito elevados](#) (em torno de 75 %) para os mais ricos (“Aceprensa”, 7.1.2020). Embora os seus estudos tenham contado com grande atenção mediática, as suas propostas têm muitos problemas de abordagem e práticos. Entre eles, o injusto cariz expropriador desta medida e o desincentivo à geração de riqueza e à inovação. Em resumo, é muito duvidoso que medidas deste tipo possam contribuir para uma maior mobilidade social. E mais, conduzem a um estatismo muito problemático, que seguramente será contrário à geração de oportunidades para uma grande maioria.

No seu livro “Deaths by Despair and the Future of Capitalism” (2020), Anne Case e Angus Deaton documentam o paradoxo de nos EUA – ao contrário do resto dos países ricos – a esperança de vida das pessoas sem estudos universitários ter vindo a diminuir de modo imparável desde os anos 90. Eles demonstram que estas pessoas dispõem de menos oportunidades, entre outras razões, porque a sociedade norte-americana é mais individualista, está mais atomizada – há menos famílias estáveis e menos pertença a associações comunitárias –, e muitas destas pessoas sofrem de mais doenças e dependência de drogas, o que as leva ao desespero. Este é um bom exemplo de como a economia necessita de um colchão humano – não necessariamente na forma de subsídios estatais – para que funcione em todos os estratos.

## Mercado e Estado não estão sozinhos

O capitalismo – nas suas diversas formas – contribuiu, e continua a fazê-lo, para um maior nível económico da população mundial, incluindo a saída da pobreza de muitas pessoas em todo o mundo. Os desafios presentes e futuros são enormes. Além dos comentados, haveria que referir as mudanças climáticas e a robotização. Todos os agentes terão de contribuir para que esta sociedade tão interligada seja mais sustentável, menos fragmentada e se sinta mais identificada com o sistema. O papel da empresa como agente de mudança social será fundamental. Fala-se de que o [foco mais inclusivo stakeholder](#) (“Aceprensa”, 3.9.2019) irá substituir o mais redutor *shareholder* (acionista), mas serão os acionistas que terão de se comprometer igualmente num propósito mais amplo para que a direção o incorpore.

O papel subsidiário do Estado é importante – intervindo onde deve, e saindo de onde não deve estar –, mas o que está claro é que o Estado sozinho não poderá resolver muitos dos proble-

mas do sistema. Tão-pouco os cidadãos podem fugir às suas responsabilidades, tanto em termos de esforço, como de integridade. E a verdade é que atualmente se apela com insistência a direitos e liberdades, mas tem sido difícil reconhecer o papel central que o compromisso pessoal pelo bem comum traz ao bom funcionamento do capitalismo.

A. M. I.

## Futuro do capitalismo passa pela ética

O economista Paul Collier pensa que o capitalismo tem futuro, pois demonstrou ser o único sistema capaz de proporcionar prosperidade às pessoas.

Nos últimos tempos, o capitalismo tem vindo a criar sociedades muito divididas, onde cresce cada vez mais a ansiedade pelo futuro. Esta desigualdade faz com que alguns o considerem um sistema falhado, que deve ser mais controlado pelo Estado. Mas não há razão para escolher entre mercado ou Estado. Paul Collier reconhece que as desigualdades se acentuaram nos últimos tempos, mas pensa que não são algo inerente ao capitalismo, revelando-se sim um mau funcionamento que pode e deve ser corrigido.

Collier, professor de Economia na Universidade de Oxford, que dedicou particular atenção ao desenvolvimento das economias africanas, já demonstrou a sua capacidade de análise em "[The Bottom Billion](#)" (2007), livro que obteve um grande êxito. Nele estudou as razões porque ainda há mil milhões de pessoas encurraladas na pobreza em países que não conseguem chegar ao desenvolvimento.

### Três lacunas

Em "El futuro del capitalismo" (Debate) examina fenómenos que são mais próprios dos países ocidentais, destacando três lacunas importantes: um fosso geográfico entre metrópoles florescentes e cidades estagnadas; um fosso de classe, entre profissionais com boa educação e competências procuradas, e pessoas com estudos escassos e empregos ameaçados ou perdidos pela globalização e pelo progresso tecnológico; e um fosso mundial entre países ricos e a pobreza desesperada de países africanos.

Na segunda parte do livro, apresenta os fundamentos éticos em que se baseiam as políticas que a seguir propõe. Embora adira ao capitalismo, Collier não considera que a abstração do *homo oeconomicus*, guiado apenas pela procura do benefício pessoal, reflita bem a motivação humana. Apela mais ao Adam Smith de "A Teoria dos Sentimentos Morais" e ao pragmatismo de David Hume. Pensa que o capitalismo funcionou especialmente bem entre 1945 e 1970, quando nas sociedades ocidentais se alertava para um forte sentido da identidade partilhada, das obrigações mútuas e da reciprocidade. Depois, esse consenso veio a perder-se: os intelectuais de esquerda abandonaram a social-democracia prática e comunitarista a favor das ideologias utilitaristas e rawlsiana (de John Rawls), e os partidos de centro-direita ficaram deslumbrados pela revolução conservadora de Reagan e Thatcher.

### Obrigações recíprocas

Em face das tendências individualistas de direita e de esquerda, Collier propõe o regresso aos valores morais comuns que fundamentam a responsabilidade social. Aplica esta abordagem aos três grupos que dominam as nossas vidas: Estado, empresas e família, e examina que políticas podem adotar-se neles para criar obrigações recíprocas que deem um objetivo ético ao capitalismo.

O Estado cumpriu bem o seu papel no pós-guerra com a universalização do Estado Providência e a criação de organismos multilaterais, que funcionaram como um seguro de ajuda mútua. Depois, adotou uma abordagem paternalista e controladora, que extravasava as suas capacidades e que levou a enfraquecer na sociedade os laços de confiança e as obrigações recíprocas. Hoje, diz Collier, necessitamos de um Estado ativo, mas com um papel mais modesto. "O Estado adquiriu responsabilidades que excedem as suas capacidades, que somente podem ser cumpridas de forma adequada pelas empresas e pelas famílias".

Para que a empresa cumpra a sua função, o seu objetivo não pode reduzir-se a maximizar o lucro para o acionista (e o *prémio* para o administrador-delegado). Segundo Collier e muitos outros, o objetivo da empresa passa por cumprir as obrigações com os clientes e os trabalhadores, enquanto que a rentabilidade é a condição para alcançar esses objetivos de modo sustentável.

Collier sugere algumas políticas que podem levar a que nos organismos de controlo das empresas esteja representado o interesse público e se tenha mais em conta o longo prazo. Também propõe diferenciar o imposto sobre os lucros em função do tamanho da empresa, para evitar a excessiva concentração.

## Superar o individualismo

A família é o mais influente dos grupos para superar o individualismo, reconhece Collier. Nada estimula mais as obrigações recíprocas que os vínculos familiares. Mas a ressaca da revolução sexual e da exaltação da autonomia pessoal criaram também um fosso entre classes.

Atendendo sobretudo aos dados dos EUA e do Reino Unido, Collier chama a atenção para uma fratura social. Por um lado, há as famílias de homens e mulheres com educação universitária e bons rendimentos, que se casam entre si, têm taxas de divórcio mais baixas, e que se dedicam mais à educação dos filhos. Em contrapartida, entre os que têm baixos rendimentos, é mais fácil encontrar as famílias desestruturadas, mais instáveis, com mais uniões de facto do que casamentos, com pais que têm empregos pouco produtivos e mal pagos, e filhos que muitas vezes vivem com um só progenitor.

Para combater esta desigualdade, Collier considera que não basta uma política fiscal redistributiva, sendo necessário reforçar os vínculos familiares. Por vezes, os intelectuais de esquerda recream enfrentar este problema, como se falar da importância do casamento fosse uma posição conservadora ou um pretexto para mascarar conflitos de poder económico. Não é o caso de Collier, o qual pensa que o casamento – religioso ou civil – funciona como uma “tecnologia do compromisso” que “adquire a sua força da aceitação pública e explícita das obrigações mútuas”.

## Preocupação ética e pragmatismo

Collier arrisca-se na terceira parte do livro a sugerir soluções concretas. Assim, para enfrentar o fosso entre as metrópoles florescentes e as cidades estagnadas, propõe uma taxa de imposto maior para os rendimentos gerados pelo mero “efeito aglomeração” nas grandes cidades, que se investiria no fortalecimento das cidades arruinadas.

Para fortalecer as famílias em risco de rutura, Collier sugere um leque de ajudas práticas, provenientes mais da sociedade civil que do Estado. Os atores deste apoio seriam casais mais velhos com experiência, que pudessem ser mentores dos mais jovens, ONGs, escolas, centros de formação...

Por último, para superar o fosso existente entre países ricos e pobres, propõe reforçar o papel das organizações internacionais.

Esta terceira parte é a que se pode tornar mais discutível nos pormenores. Mas também mostra que Collier é um economista

atento à complexidade, que não se conforma com denúncias ideológicas, nem com chavões.

I. A.